

CARTA DE APRESENTAÇÃO – DOCUMENTO 9010

Ao

BACEN - Banco Central do Brasil

Prezados Senhores:

Assunto: Demonstrações Financeiras Individuais

Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 45 da Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, encaminhamos as Demonstrações Financeiras Individuais da Agência de Fomento do Paraná S.A, relativas à data-base 31 de dezembro de 2022, compostas pelos seguintes documentos:

- i. Relatório da Administração;
- ii. Balanço Patrimonial;
- iii. Demonstração do Resultado;
- iv. Demonstração do Resultado Abrangente;
- v. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- vi. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método indireto;
- vii. Demonstração do Valor Adicionado – Informação Complementar;
- viii. Notas Explicativas;
- ix. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- x. Relatório do Comitê de Auditoria; e
- xi. Parecer do Conselho Fiscal.

Essas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2023 e originalmente divulgadas no site da instituição: <http://www.fomento.pr.gov.br/Pagina/DEMONSTRATIVOS-CONTABEIS-FOMENTO-PARANA>, em 28 de março de 2023.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos encaminhados.

Atenciosamente,

Curitiba – PR., 28 de março de 2023.


MAYARA PUCHALSKI

Diretora Administrativa e Financeira
Responsável pela Contabilidade


LUCIANE DE OLIVEIRA TESSARO
Contadora – CRC PR-44315/O-8
MARIANA FILGUEIRAS DOS REIS
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Agência de Fomento do Paraná S.A

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022	3
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	14
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	16
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	17
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	19
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
Nota 1 - Contexto operacional.....	21
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais.....	21
Nota 3 - Principais práticas contábeis adotadas	22
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	27
Nota 5 - Títulos e valores mobiliários	27
Nota 6 - Operações de crédito.....	29
Nota 9 – Passivos Financeiros	33
Nota 10 – Obrigações fiscais correntes e diferidas	34
Nota 11 – Provisões para contingências.....	34
Nota 12 – Outros Passivos.....	37
Nota 13 - Patrimônio líquido	37
Nota 14 – Contas de resultado	39
Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social	41
Nota 16 – Transações com partes relacionadas	42
Nota 17 - Adequação de capital.....	44
Nota 18 - Gestão de riscos, de capital e análise de sensibilidade	44
Nota 19 - Outras informações	47
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

A **FOMENTO PARANÁ** - Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o Estado do Paraná como acionista majoritário.

A autorização para criação da Instituição foi dada pela Lei Estadual nº 11.741/1997 e o Banco Central do Brasil concedeu a autorização de funcionamento em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). O capital social autorizado é de quatro bilhões de reais.

Instituição Financeira de Desenvolvimento submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional buscando ampliar a base produtiva e promover a inovação no Paraná.

A Instituição financia projetos dos municípios paranaenses para a execução de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros. E fornece crédito para empreendedores informais e de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento dos negócios em todas as regiões do estado.

A Fomento Paraná é gestora de fundos públicos estaduais de desenvolvimento, garantidores ou de aval e participa como cotista dos fundos de investimento em participação Ciatec3, Sul Inovação e do Fundo VC4 da Trivella M3 Investimentos.

Também responde pela gestão e cobrança da carteira de ativos do Estado do Paraná oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado. E está em fase de assunção da gestão dos bens do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP.

MISSÃO

"Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense."

VISÃO DE FUTURO

"Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná."

VALORES

"Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação."

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

PRINCIPAIS INDICADORES DO PERÍODO

Início das atividades	08/11/1999
Capital Social Integralizado	R\$ 1.843,1 milhões
Ativo Total	R\$ 2.726,6 milhões
Carteira de Operações de Crédito	R\$ 1.280,6 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 2.263,8 milhões
Patrimônio de Referência	R\$ 547,6 milhões
Lucro Líquido	R\$ 170,5 milhões
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	8,02%
Índice de Basileia	65,54%
Desembolsos no ano	R\$ 370,1 milhões
Contratos no ano	9.539
Municípios atendidos no ano	344

MENSAGEM DA DIRETORIA

O exercício de 2022 registrou uma retomada dos níveis de demanda por crédito na Fomento Paraná, a partir da normalização das atividades empresariais em praticamente todos os setores e segmentos econômicos.

Menos pressionada pelo volume de demanda emergencial, e mais reconhecida pelo resultado dos esforços realizados durante a pandemia, a Instituição reforçou a movimentação com foco na ampliação das parcerias e na capacitação de agentes de crédito e correspondentes para ampliar o acesso ao crédito a empreendedores paranaenses.

A Fomento Paraná encerrou o exercício com presença em 320 dos 399 municípios paranaenses, totalizando mais de 500 pontos de atendimento.

Um dos destaques do ano foi a conclusão do projeto para captação de recursos internacionais para operações de crédito, a partir de um contrato com o CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina para uma abertura de crédito de até R\$ 250 milhões.

Os recursos do CAF foram destinados inicialmente ao microcrédito e vão atender especialmente micro e pequenas empresas em projetos de investimento, capital de giro, geração de energia de fontes renováveis, entre outros, ao longo dos próximos anos.

A captação é amplamente benéfica para a estratégia de longo prazo da Instituição. De um lado, gera expertise, diversifica e aumenta as fontes de recursos para operações de crédito. Ao mesmo tempo, diminui a dependência de repasses de instituições nacionais, em especial do BNDES.

Ainda no aspecto das captações — que são necessárias para expandir a carteira de crédito e assegurar a sustentabilidade a longo prazo, está em estudo uma outra capitalização, em recursos do BID, que serão captados pelo Estado para aplicação em operações com o setor privado.

Foram feitas ainda duas capitalizações pelo Tesouro do Estado, no âmbito de Operações do Setor Público, por meio do programa Paraná Urbano III, com recursos captados junto ao BID, para atender aos municípios.

A Instituição ainda teve os limites de crédito para repasse aumentados pelo BNDES e FINEP — neste caso com foco em projetos de inovação para fortalecer empresas inovadoras.

A Fomento Paraná segue se preparando para atuar no âmbito do crédito rural, ampliando o leque de setores produtivos atendidos pelas políticas públicas sob nossa responsabilidade.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Avançamos e ultrapassamos a marca de 12,5 mil empreendimentos atendidos com o Banco da Mulher Paranaense, programa que disponibiliza crédito com juros diferenciados para empreendimentos que tem mulheres como proprietárias ou sócias.

A Instituição reeditou e retomou a oferta de crédito pela linha Paraná Recupera, com base na lei estadual nº 20.164/2020, que permite entregar capital de giro com condições diferenciadas aos empreendedores e aos próprios municípios atingidos por calamidades climáticas ou outras situações de emergência. O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) subsidia a diferença para o custo total do crédito, o que permite oferecer uma taxa de juros reduzida e fixa, ao ano.

A Fomento Paraná segue oportunizando aos empreendedores de todos os portes a possibilidade de renegociar contratos em condições diferenciadas, de modo que não avance a inadimplência e que os tomadores de crédito possam manter as contas em dia e a continuidade de seus negócios.

Conforme as diretrizes do Governo do Estado, acionista controlador, a Fomento Paraná segue atuando de forma coordenada com o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Invest Paraná, no Sistema Paranaense de Fomento, buscando promover o desenvolvimento sustentável na economia paranaense.

Da mesma forma, mantemos importante parceria com a Secretaria de Cidades e o Paranacidade, no Sistema de Financiamento aos Municípios, que ano a ano tem se aprimorado e alcança níveis recordes de contratações de financiamentos para melhoria da qualidade de vida nas cidades.

É sempre importante destacar o papel fundamental, a dedicação e o empenho da equipe de colaboradores e da Rede de Parceiros. Sem eles não seria possível atender empreendedores de tantos lugares, na velocidade, volume e condições diferenciadas que conseguimos processar e entregar o crédito atualmente, o que nos torna referência nacional em microcrédito, por exemplo.

Por fim, reforçamos a importância do planejamento e da governança da Instituição, com foco constante na melhoria tecnológica e desenvolvimento de processos para reduzir o tempo de resposta e nas entregas.

Esperamos ser cada vez mais reconhecidos como uma Instituição imprescindível aos empreendedores, especialmente os pequenos negócios, e capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e social e contribuir com a melhoria da qualidade de vida em nosso estado.

A Diretoria

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Fomento Paraná atua alinhada ao Plano de Governo e às políticas públicas do Estado do Paraná para promover a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

A Instituição compõe o Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), em conjunto com a Secretaria de Cidades e o Serviço Social Autônomo Paranaidade, para financiar projetos de desenvolvimento urbano dos municípios.

Com o mesmo objetivo atua de forma coordenada com o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Invest Paraná, no Sistema Paranaense de Fomento.

Para fornecer crédito ao setor privado, o principal modelo de atuação da Instituição é por meio de parcerias com prefeituras municipais, associações comerciais e entidades empresariais especializadas, que intermediam as operações como agentes de crédito ou correspondentes.

A Fomento Paraná também é responsável pela gestão operacional e financeira de fundos públicos de desenvolvimento, fundos garantidores ou de aval e é cotista de fundos de investimento e participação (FIPs) estruturados para apoiar empreendimentos inovadores.

A Instituição mantém critérios rigorosos de governança corporativa para assegurar uma eficaz gestão administrativa e de negócios, sempre preocupada em oferecer crédito responsável, de modo a manter a qualidade da carteira de clientes e a sustentabilidade da empresa.

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

A Fomento Paraná atua com ênfase no apoio aos pequenos negócios — de informais até empresas de médio porte — bem como projetos de infraestrutura urbana para municípios de qualquer porte.

Os financiamentos podem ser feitos com recursos próprios ou por meio de repasses de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, da Caixa Econômica Federal – CEF, do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, do Ministério do Turismo, e agora também do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina.

OPERAÇÕES DO SETOR PÚBLICO

As Operações do Setor Público correspondem à maior parcela da carteira de crédito — 66% atualmente — sendo mais de 99% referentes a operações do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), efetuadas com recursos próprios, integralizados ao capital e destacados junto ao Banco Central.

Essas operações financiam a pavimentação de vias urbanas e aquisição de equipamentos rodoviários, construção de escolas, postos de saúde, ciclovias, aquisição de áreas para parques industriais, aeroportos, centros de convivência, centros culturais, ginásios de esportes, parques, praças, sistemas de abastecimento e gerenciamento de resíduos, melhoria da eficiência energética, uso de energias alternativas, infraestrutura tecnológica, projetos de engenharia e outros.

De janeiro a dezembro foram contratadas 115 operações para atender 89 municípios. Os contratos somam R\$ 429,2 milhões.

OPERAÇÕES DO SETOR PRIVADO

Microcrédito

O Programa de Microcrédito da Fomento Paraná iniciado em 2000, é uma política de democratização do acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento local.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Funciona por meio de parcerias com os municípios, com uma rede de agentes de crédito que atendem empreendedores informais, MEIs e microempresas com recursos para iniciar, manter ou ampliar atividades econômicas.

A rede de agentes de crédito conta com 320 municípios conveniados.

O microcrédito é limitado a até R\$ 10 mil para pessoa física e até R\$ 20 mil para pessoa jurídica com faturamento anual de até R\$ 360 mil.

De janeiro a dezembro foram contratadas 9.013 operações de microcrédito, que totalizam R\$ 97,7 milhões.

Empreendimentos de Micro, Pequeno e Médio Porte

A Fomento Paraná também financia empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com valores acima de R\$ 20 mil, até R\$ 17 milhões, para projetos de investimento e de inovação tecnológica, aquisição de bens e capital de giro, com recursos próprios ou repasses do BNDES, FINEP, FUNGETUR.

O atendimento é feito na sede, em Curitiba, ou pela plataforma digital no portal institucional ou ainda por meio de uma rede de correspondentes credenciados, em parceria com associações comerciais e empresariais de segmentos produtivos, sindicatos patronais e sociedades empresariais especializadas.

Em 31 de dezembro havia 203 entidades credenciadas como correspondentes. Eles intermediam créditos a partir de R\$ 20,1 mil, para empresas com faturamento bruto anual entre R\$ 360 mil e R\$ 16 milhões.

Nessa faixa existem linhas de crédito para nichos específicos da atividade econômica, como financiamentos para aquisição e instalação de componentes de sistemas de micro e minigeração de energia de fontes renováveis para melhoria da eficiência energética; para emissoras de rádio, que necessitem capital para migrar da faixa AM para FM, para giro ou investimento fixo; atividades turísticas, entre outros.

Podem ser atendidos projetos de inovação para ampliar a competitividade de empresas de base tecnológica com receita operacional bruta anual de até R\$ 90 milhões.

De janeiro a dezembro foram contratadas 411 operações neste segmento, totalizando R\$ 50,3 milhões.

GESTÃO DE FUNDOS

A Fomento Paraná atua também na gestão operacional e financeira de fundos públicos diversos.

Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), instituído pela Lei Estadual nº 5.515/1967, é o principal fundo gerenciado pela Fomento Paraná, conforme determina a Lei Estadual nº 11.741/1997. O FDE é destinado a fornecer apoio financeiro aos setores público e privado, por meio de operações especiais de crédito, de participações societárias e, subvenções para redução de taxas de juros para estimular o desenvolvimento socioeconômico do Paraná, conforme detalhamento a seguir.

Seguro Rural

O FDE subvenciona o Prêmio do Seguro Rural de 29 culturas agrícolas do Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar, gerenciado pela SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. A subvenção reduz em até 50% o custo do prêmio pago pelo produtor pela apólice de seguro.

As subvenções decorrentes da operacionalização do Programa de Subvenção ao Seguro Rural durante o ano de 2022 acumularam um total de R\$ 8,6 milhões.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Equalização

O FDE também é a fonte dos recursos para redução de taxas de juros (subvenção econômica) em programas e linhas de financiamento da Fomento Paraná:

- Redução de 7,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco da Mulher Paranaense;
- Redução de 5,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco do Empreendedor;
- Redução de juros em Operações do Setor Público, nas linhas do Sistema de Financiamento aos Municípios, para municípios atingidos por intempéries climáticas (Paraná Recupera);
- Redução de taxas do SFM em financiamentos para municípios com IPDM abaixo de 0,7, para aplicações específicas, como implantação de barracões industriais e comerciais; instalação de coworkings; equipamentos para feiras livres; usinas fotovoltaicas; entre outros objetos; e
- O FDE também equaliza as taxas de juros no programa Banco do Agricultor Paranaense nas operações de crédito rural contratadas pelas instituições financeiras conveniadas: Banco do Brasil, BRDE e as cooperativas de crédito Central Cresol e Sicoob Central Unicoob.

Banco do Agricultor Paranaense

Desde o lançamento do Programa Paraná Mais Emprego - Banco do Agricultor Paranaense, em maio de 2021, foram destacados R\$ 193,8 milhões, para a equalização de juros das operações contratadas pelos agricultores perante as instituições financeiras conveniadas, que serão desembolsados durante os próximos exercícios.

Do total aprovado e destacado pela Instituição para equalizações, R\$ 85 milhões são oriundos de aportes do Tesouro Estadual no FDE e R\$ 108,8 milhões são oriundos de disponibilidades do FDE.

Para os demais programas albergados pela legislação pertinente, o FDE possui os seguintes valores destaques para subvenções:

Banco da Mulher Paranaense	R\$ 3 milhões
Subsídio Juro Zero - SFM	R\$ 16 milhões
Fomento Turismo	R\$ 5 milhões
Trator Solidário	R\$ 5 milhões
Programa Recupera Emergencial	R\$ 12,8 milhões
Paraná Mais Emprego – Banco do Agricultor Paranaense	R\$ 193,8 milhões
Banco do Empreendedor	R\$ 3 milhões
Prêmio do Seguro Rural 2023	R\$ 2,7 milhões
Total destacado para equalizações do FDE	R\$ 241,3 milhões

Fundo de Aval Rural – FAR

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR), instituído pela Lei Estadual nº 14.431/2004. O FAR provê recursos para garantir a redução do risco nas operações contratadas por agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, junto à rede bancária conveniada.

Esse fundo foi paralisado para ser remodelado e atualizado.

Fundo de Equalização do Microcrédito – FEM

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), instituído pela Lei Estadual nº 16.357/2009, subsidia o pagamento de juros aos tomadores de crédito nas operações de microcrédito da Fomento Paraná.

O FEM proporciona a redução de 5,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros em operações de microcrédito do programa Banco do Empreendedor e uma redução de 7,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros das operações de microcrédito do programa Banco da Mulher Paranaense.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Ao longo de 2022 foram repassados à Fomento Paraná R\$ 2,7 milhões a título de equalização de operações de crédito desse segmento.

Fundo de Aval Garantidor – FAG/PR

A Fomento Paraná é a gestora do Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FAG/PR), instituído por meio da Lei Estadual nº 19.478/2018. O FAG/PR disponibiliza recursos para garantias na concessão de aval às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 163/2013.

As outorgas de garantias do FAG/PR podem ser prestadas em operações de crédito com recursos próprios ou de repasses de instituições oficiais de crédito.

Com aporte inicial de R\$ 7,2 milhões, provenientes do FDE, o FAG/PR tem condições de alavancar até 12 vezes o seu Patrimônio Líquido.

As garantias emitidas pelo FAG/PR de janeiro a dezembro de 2022 somam R\$ 21,6 milhões referentes a R\$ 29,3 milhões em operações contratadas pela Fomento Paraná e BRDE, que possuem convênios com o fundo.

Fundo Garantidor de PPPs - FGP/PR

O Fundo Garantidor de PPPs (FGP/PR) foi criado para prestar garantias ao setor privado no cumprimento de obrigações do poder público em contratos de PPPs, conforme a Lei Estadual nº 17.046/2012, que definiu a Fomento Paraná como gestora. O FGP/PR tem como cotistas o Estado do Paraná e o FDE e a administração dos recursos financeiros está a cargo da Superintendência Nacional de Fundos da Caixa Econômica Federal (CEF).

Com o advento da pandemia, o Conselho de Investimentos do FDE deliberou pelo resgate de parte das cotas pertencentes ao FDE para destinação ao Programa Paraná Recupera, em apoio a empreendedores atingidos pela pandemia, com crédito ou subvenção de taxas de juros.

Fundos em Estruturação

A Fomento Paraná foi designada como gestora e está estruturando novos fundos criados pelo Governo do Estado para apoiar o fortalecimento das micro e pequenas empresas: Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FCR/PR) e Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR).

A Fomento Paraná também está estruturando Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura do Programa de Parcerias do Paraná ou de desestatização (FUNPAR). É um fundo de natureza contábil, com a finalidade de custear a conceder crédito à estruturação de projetos de parcerias, nos termos definidos em regulamento.

FUNDOS INVESTIDOS

Fundo Garantidor para Investimentos – FGI

A Fomento Paraná é cotista do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) do BNDES. O fundo é usado como alternativa de garantia, ou garantia complementar, em operações de financiamento com recursos do BNDES (BNDES Finame e BNDES Automático), da FINEP, do FUNGETUR ou recursos próprios, para projetos de empresas de micro, pequeno e médio porte.

Em dezembro de 2022 a carteira de operações com FGI tradicional e FGI-PEAC, totaliza 457 contratos com a liberação de R\$ 52,6 milhões em operações de crédito com esse tipo de garantia.

Fundos de Investimento em Participação – FIP

A Fomento Paraná é cotista de três fundos de investimento em participação: Criatec3 e Sul Inovação, estruturados respectivamente pelo BNDES e pela FINEP, e Fundo VC4, da Trivella M3 Investimentos. Parte dos recursos dos fundos deve ser alocada em empreendimentos sediados no Paraná, em valor no mínimo equivalente aos aportes da Fomento Paraná.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

A Instituição já integralizou R\$ 6,1 milhões de um valor total subscrito para estes três fundos que soma R\$ 9,5 milhões.

GESTÃO DE COBRANÇA

Cobrança de Ativos e Bens

A Fomento Paraná é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da carteira de desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde março de 2001.

O montante recuperado relativo à carteira dos Ativos do Estado registrado no ano de 2022 foi de R\$ 12,5 milhões.

A Lei Estadual nº 20.743, de 5 de outubro de 2021, alterada pela Lei Estadual nº 21.329, de 21 de dezembro de 2022, transferiu para a Fomento Paraná a gestão e administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, que passaram a ser de titularidade do Estado do Paraná conforme determina a Lei Estadual nº 18.929/2016.

Desde então a empresa vem trabalhando na regulação das questões não autoaplicáveis de acordo com a lei e no convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda que delega à Fomento Paraná a gestão e administração dos ativos, visando a cobrança dos débitos respectivos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Carteira de Crédito

A Fomento Paraná fechou o exercício de 2022 com uma carteira de crédito total na ordem e R\$ 1.280,6 milhões. O valor representa uma retração de 1,7% em doze meses, que foi provocada por uma redução de 5,5% na carteira de Operações do Setor Público.

Apesar do aumento no volume de liberações de recursos para os municípios neste exercício, a carteira vem sendo impactada por amortizações oriundas da moratória de pagamentos de principal e juros, que foi concedida aos municípios ao longo de 2020, durante o auge da pandemia de Covid-19.

A carteira pública fechou o ano de 2022 somando R\$ 844,2 milhões, o que equivale a 65,9% da carteira total. Essa carteira vem apresentando queda desde de dezembro de 2020 quando fechou em R\$ 997,2 milhões, desde então recuou 15,3% em relação a 2020 e 5,5% em comparação a 2021. Destacamos que a Instituição contabiliza um estoque de contratos ainda não liberados no âmbito do Sistema de Financiamento aos Municípios que soma R\$ 923 milhões.

No âmbito das Operações do Setor Privado a carteira de crédito vem apresentando sucessivos crescimentos, com alta acumulada de 46,4% nos últimos quatro anos. Em doze meses a expansão foi de 6,6%, somando R\$ 436,4 milhões em 31 de dezembro de 2022. O valor representa 34,1% da carteira de crédito total.

Destacamos a alta de 25,0% na carteira de microcrédito registrada em doze meses, fechando o exercício com a marca de R\$ 176,3 milhões, valor que representa 40,4% da carteira privada.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Fomento Paraná chegou a R\$ 2.263,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 13,9% sobre a posição contabilizada em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.986,7 milhões).

A variação atual decorre de aumentos de capital oriundos de: (i) R\$ 125,0 milhões, aportados em espécie pelo acionista controlador, o Estado do Paraná, captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o Programa Paraná Urbano III. O programa prevê a realização de ações voltadas ao desenvolvimento urbano e melhorias de infraestrutura dos municípios paranaenses por

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

meio do Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM; e, (ii) incorporação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de 2021, no valor de R\$ 10,3 milhões.

Também foram incorporados parte dos resultados do exercício de 2022, que atingiu o montante de R\$ 170,5 milhões. Deste total R\$ 141,8 ficaram retidos no Patrimônio, principalmente pela destinação de R\$ 109,3 milhões a título de JCP adicional ao mínimo estatutário, registrado em Reservas de Lucros Especiais, que terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

A rentabilidade medida pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio correspondeu a 8,0% no exercício de 2022, frente a um índice de 4,2% registrado ao final do exercício de 2021. O percentual em 2022, superou a inflação acumulada no exercício que registrou índice de 5,8%.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Fomento Paraná no exercício de 2022 totalizou R\$ 170,5 milhões. O valor representa um crescimento de 109,7%, frente aos R\$ 81,3 milhões registrados no mesmo período de 2021.

O aumento do lucro reflete o Resultado Operacional no período, que atingiu R\$ 203,3 milhões, com alta de 114,9% em 12 meses. Essa condição é fruto do crescimento de 63,7% das receitas com intermediação financeira, impulsionadas pelas receitas com operações de crédito, que somaram R\$ 193,4 milhões (R\$ 165,5 milhões em 2021), o que representa uma alta de 16,8% em 12 meses.

O lucro em 2022 reflete substancialmente também o efeito de sucessivas altas dos indexadores que remuneraram os ativos da Instituição (TLP/TJLP/SELIC) e ainda pela posição financeira aplicada em títulos públicos, que possuem rentabilidade lastreada ao CDI/SELIC. Essa condição resultou em um crescimento de 235,3% nas receitas com operações de tesouraria em doze meses, somando R\$ 151,5 milhões, frente a R\$ 45,2 milhões em 2021.

A variação dos indexadores supracitados, também provocou uma alta de 23,4% nos custos com captação de recursos, em 12 meses.

As despesas com pessoal e administrativas somaram juntas R\$ 67,3 milhões, uma alta de 11,1% em doze meses, em linha com as previsões orçamentárias.

Os custos com pessoal aumentaram 6,9% no acumulado em 12 meses, somando R\$ 36,7 milhões (R\$ 34,3 milhões em 2021). O valor foi puxado pelo ajuste de 10,97% acordado na Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários (CCT), aplicado a partir de setembro de 2021, e ainda outros 8% da CCT aplicada a partir de setembro de 2022.

As despesas administrativas apresentaram elevação de 16,6%, somando R\$ 30,6 milhões. Esse aumento decorre em parte do volume comissões pagas ao agente técnico-operacional do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), o Paranaidade. As comissões representam 55% do valor das despesas administrativas e incidem à base de 8% sobre os recursos liberados nas Operações do Setor Público, que registraram aumento no período.

Ativos

Em dezembro de 2022, os ativos totais da Fomento Paraná registraram um saldo de R\$ 2.726,6 milhões. O valor reflete uma expansão de 12,9% em relação à posição de 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.414,1 milhões). Os ativos estão assim distribuídos:

- R\$ 1.280,6 milhões em carteira bruta de crédito (46,9% dos ativos totais), com recuo de 1,7% em relação à posição de 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.302,4 milhões); e
- R\$ 1.443,8 milhões em títulos e valores mobiliários (52,9% dos ativos totais), com elevação de 30,7% em doze meses (R\$ 1.105,0 milhões em dezembro de 2021).

Fontes de Recursos

Parte das operações de financiamento contratadas pela Fomento Paraná são realizadas com recursos próprios (capital livre ou integralizado ao capital social e destacado junto ao Banco Central) e parte dos recursos são captados por meio de repasses de instituições oficiais no país e no exterior, para as quais a Fomento Paraná atua como agente financeiro: BNDES – Banco Nacional de

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa Econômica Federal; Ministério do Turismo/Fundo Geral do Turismo; CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina; e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

No exercício de 2022, a Fomento Paraná captou R\$ 109,6 milhões em repasses dessas entidades, valor 31,8% superior ao volume captado em 2021, quando foram captados R\$ 83,2 milhões.

Destacamos nesta ocasião a primeira captação internacional realizada pela Instituição, junto ao CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, com a primeira tranche já liberada, num valor equivalente a R\$ 31,1 milhões (US\$ 6,0 milhões).

Desembolsos

Os desembolsos de recursos próprios e captados somaram R\$ 370,1 milhões no exercício de 2022. Deste total, R\$ 159,7 milhões (43,2%) foram destinadas a Operações do Setor Privado, principalmente pelo segmento de microcrédito, que acumulou liberações na ordem de R\$ 97,9 milhões.

Em Operações do Setor Público foram liberados R\$ 210,4 milhões, o que representa 56,8% do total desembolsado no exercício.

DESTAQUES DO PERÍODO

- No âmbito do Setor Público, foram contratadas de janeiro a dezembro 115 operações para atender 89 municípios paranaenses, totalizando R\$ 429,2 milhões;
- Ainda no Setor Público, foi adotado o IPCA como indexador de contratos, substituindo a TLP, para a melhoria das condições de financiamento aos municípios;
- Foram contratadas 9.424 operações para empreendedores privados de janeiro a dezembro de 2022, somando R\$ 148 milhões;
- Destaca-se o Banco da Mulher Paranaense, programa que registrou 4.774 contratos no ano, somando R\$ 52,6 milhões;
- As contratações de microcrédito somaram R\$ 97,7 milhões, atendendo 9.013 empreendimentos, a um ticket médio de R\$ 10,8 mil;
- O programa Banco do Agricultor Paranaense alcançou em dezembro a marca de R\$ 450 milhões em créditos contratados para atender 2.930 operações contratadas pelas instituições financeiras credenciadas (Banco do Brasil, BRDE, Cresol e Sicoob). Com isso, já foram destacados R\$ 149,5 milhões em recursos dos R\$ 193,8 destinados para equalização das taxas de juros do programa nos próximos anos;
- A Fomento Paraná concluiu a primeira captação internacional de recursos para operacionalizar financiamentos. Um Contrato de Abertura de Crédito assinado com o CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina permite captar R\$ 250 milhões para apoiar empreendedores informais, MEIs, micro e pequenas empresas;
- A Fomento Paraná teve o limite de repasse de recursos do BNDES aumentado para R\$ 150,4 milhões para o período de abril de 2022 a abril de 2023;
- O limite de repasse de recursos de linhas da FINEP foi aumentado em R\$ 90 milhões;
- A Fomento Paraná iniciou a intermediação de operações de crédito com garantia do FGI-PEAC (Fundo Garantidor para Investimentos - Programa Emergencial de Acesso a Crédito), do BNDES;
- Foram visitados pelo diretor-presidente e assessores 123 municípios de janeiro a dezembro, para contatos e formalização de parcerias com municípios, associações comerciais e outras entidades;

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

- A presença da Rede de Parceiros da Fomento Paraná atingiu a marca de 80% do território paranaense, com pelo menos 520 postos de atendimento com agentes de crédito ou correspondentes atuando em pelo menos 320 dos 399 municípios;
- Foram capacitados 184 novos agentes de crédito em seis turmas do Curso de Formação da Fomento Paraná e Sebrae. Outros 186 correspondentes foram habilitados em nove turmas por treinamentos online;
- Foram firmadas ou renovadas mais de 40 parcerias com municípios e uma centena de contratos de prestação de serviços com entidades que foram credenciadas para atuar como correspondentes;
- A Fomento Paraná é uma das IFDs participantes do Programa Crédito Inovação Finep-Sebrae, que irá disponibilizar R\$ 1 bilhão para atender em torno de quatro mil empresas com receita operacional bruta de até R\$ 4,8 milhões em projetos voltados à inovação;
- Um estudo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) demonstrou que 92% das operações da carteira de crédito da Fomento Paraná contribuem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU);
- Com o programa Banco da Mulher Paranaense, a Fomento Paraná recebeu o Selo Sesi ODS como empresa comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU);
- A Fomento Paraná e o Sebrae realizaram seis encontros regionais de agentes de crédito, como capacitação permanente da rede de parceiros, com participação de 260 pessoas agentes;
- A 7ª edição do Encontro Estadual de Agentes de Crédito reuniu mais de 350 pessoas em Foz do Iguaçu e foi entregue o Prêmio Estadual de Microcrédito Fomento Paraná e Sebrae 2022, reconhecendo o desempenho dos municípios na carteira de microcrédito;
- A Instituição promoveu mais uma Caravana de Crédito Fomento Turismo, percorrendo 27 cidades em 40 dias para atender empreendedores: Campina Grande do Sul, Colombo, Morretes, Antonina, Sengés, Tibagi, Carambeí, Sertaneja, Ribeirão Claro, Carlópolis, Guaíra, Medianeira, Foz do Iguaçu, Prudentópolis, Palmeira (Colônia Witmarsum), Lapa, Guaratuba, Paranaguá, Matinhos, Sulina, Nova Laranjeiras, Diamante do Norte, Itaguajé, Alvorada do Sul, Andirá, Apucarana, Lunardelli; e
- Ao longo do ano a Fomento Paraná apoiou ou patrocinou 55 eventos promovidos por entidades parceiras ou pelo Governo do Estado e participou de 142 eventos com clientes e parceiros para divulgar a marca e apresentar as linhas de crédito da Instituição.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

ATIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		1.745.393	1.471.065
DISPONIBILIDADES	3c e 4	130	1
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.736.427	1.483.757
Títulos e valores mobiliários	3d, 4 e 5	1.325.251	1.065.928
Operações de crédito	3d e 6	411.176	417.829
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3d e 6	(23.275)	(17.477)
OUTROS ATIVOS	3i e 7	32.111	4.784
NÃO CIRCULANTE		981.194	943.010
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		980.806	942.536
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		987.963	923.682
Títulos e valores mobiliários	3d, 4 e 5	118.579	39.098
Operações de crédito	3d e 6	869.384	884.584
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3d e 6	(35.876)	(30.420)
OUTROS ATIVOS	3i e 7	1.663	24.529
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	3h e 15	27.056	24.745
INVESTIMENTOS		2	2
IMOBILIZADO DE USO	3f e 8a	1.819	1.777
INTANGÍVEL	3f e 8b	355	355
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(1.788)	(1.660)
(-) Imobilizado	3f e 8a	(1.471)	(1.353)
(-) Intangível	3f e 8b	(317)	(307)
TOTAL DO ATIVO		2.726.587	2.414.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

PASSIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		187.905	130.689
PASSIVOS FINANCEIROS		109.640	101.998
Obrigações por repasses do país	3d e 9a	108.055	97.774
Empréstimos do exterior	3d e 9b	1.585	-
Outros passivos financeiros	3d e 9c	-	4.224
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES	3h, 10 e 15	12.755	4.281
PROVISÕES	3j e 11	1.336	139
OUTROS PASSIVOS	3k e 12	64.174	24.271
NÃO CIRCULANTE		274.885	296.705
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		274.885	296.705
PASSIVOS FINANCEIROS		270.770	274.074
Operações por repasses do país	3d e 9a	239.643	274.074
Empréstimos do exterior	3d e 9b	31.127	-
PROVISÕES	3j e 11	-	577
OUTROS PASSIVOS	3k e 12	283	22.054
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	3h, 10 e 15	3.832	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	2.263.797	1.986.681
Capital social		1.843.073	1.647.047
Reservas de capital		6	5
Reservas de lucros		420.718	339.629
TOTAL DO PASSIVO		2.726.587	2.414.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	NOTA	2º Semestre 2022	Acumulado em	
			31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		181.159	344.894	210.722
Operações de crédito	3d e 14a	93.523	193.355	165.531
Resultado das operações com títulos e valores mobiliários	3d e 5	87.636	151.539	45.191
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(30.839)	(68.567)	(57.300)
Operações de empréstimos e repasses	3d e 14b	(18.742)	(39.414)	(31.954)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3d e 6f	(12.097)	(29.153)	(25.346)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		150.320	276.327	153.422
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(41.979)	(73.025)	(58.819)
Receitas de prestação de serviços	14c	3.951	8.638	9.214
Despesas de pessoal	14d	(19.259)	(36.649)	(34.283)
Outras despesas administrativas	14e	(18.783)	(30.647)	(26.292)
Despesas tributárias	14f	(7.667)	(14.373)	(8.802)
Despesas/reversão de provisão	14g	(621)	(642)	448
Outras receitas e despesas operacionais	14h	400	648	896
RESULTADO OPERACIONAL		108.341	203.302	94.603
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(2)	12	21
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		108.339	203.314	94.624
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3h e 15	(14.726)	(28.949)	(9.916)
Corrente		(12.460)	(27.427)	(12.519)
Diferido		(2.266)	(1.522)	2.603
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(2.080)	(3.823)	(3.367)
LUCRO LÍQUIDO		91.533	170.542	81.341
N.º de ações		1.843.073	1.843.073	1.647.047
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM R\$)		49,66	92,53	49,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO	91.533	170.542	81.341
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	91.533	170.542	81.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAL		
SALDOS EM 31/12/2020		1.573.931	-	4	71.608	199.424	3.513	-	1.848.481
Aumento de Capital	13b	-	73.116	1	-	-	(3.513)	-	69.604
Incorporação ao capital homologado BACEN	13b	73.116	(73.116)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	81.341	81.341
Destinações									
Reservas	13c	-	-	-	4.067	3.862	-	(7.929)	-
Juros sobre o capital próprio	3l e 13c	-	-	-	-	-	60.668	(73.412)	(12.744)
SALDOS EM 31/12/2021		1.647.047	-	5	75.675	203.286	60.668	-	1.986.681
Aumento de Capital	13b	-	196.026	1	-	-	(60.668)	-	135.359
Incorporação ao capital homologado BACEN	13b	136.026	(136.026)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	170.542	170.542
Destinações									
Reservas	13c	-	-	-	8.528	23.974	-	(32.502)	-
Juros sobre o capital próprio	3l e 13c	-	-	-	-	-	109.255	(138.040)	(28.785)
SALDOS EM 31/12/2022		1.783.073	60.000	6	84.203	227.260	109.255	-	2.263.797
SALDOS EM 30/06/2022		1.647.047	136.026	6	79.626	214.772	50.168	-	2.127.645
Aumento de Capital	13b	-	60.000	-	-	-	-	-	60.000
Incorporação ao capital homologado BACEN	13b	136.026	(136.026)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	91.533	91.533
Destinações									
Reservas	13c	-	-	-	4.577	12.488	-	(17.065)	-
Juros sobre o capital próprio	3l e 13c	-	-	-	-	-	59.087	(74.468)	(15.381)
SALDOS EM 31/12/2022		1.783.073	60.000	6	84.203	227.260	109.255	-	2.263.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NOTA	2º Semestre 2022	Acumulado em	
			31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		108.339	203.314	94.624
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO		12.811	29.967	25.074
Depreciações e amortizações		66	130	122
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		12.097	29.153	25.346
Provisões para contingências		621	643	(221)
Provisão para perdas/desvalorizações		27	41	(173)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		121.150	233.281	119.698
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		(35.792)	(99.203)	9.709
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		(7.986)	(82.281)	(13.398)
Redução (aumento) em operações de crédito		(24.470)	3.954	58.451
Redução (aumento) em outros créditos	2c	(2.344)	(4.241)	1.128
Redução (aumento) em outros valores e bens		155	(263)	(102)
Aumento (redução) obrigações por repasses do país		9.719	4.337	(16.090)
Aumento (redução) outras obrigações		(21)	(220)	2.685
Aumento (redução) impostos e contribuições a recolher		682	487	367
Pagamento de participação nos lucros		(1.532)	(1.531)	(572)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.995)	(19.445)	(22.760)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		85.358	134.078	129.407
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações em imobilizado de uso		(39)	(42)	(62)
Aplicações em intangível		-	-	(50)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(39)	(42)	(112)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	(2.383)	(2.331)
Aporte de capital	13b	60.000	125.000	60.000
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		60.000	122.617	57.669
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		145.319	256.653	186.964
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Início do período	3c e 4	1.177.263	1.065.929	878.965
Fim do período	3c e 4	1.322.582	1.322.582	1.065.929
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		145.319	256.653	186.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NOTA	2º Semestre 2022	%	31/12/2022	%	31/12/2021	%
RECEITAS		172.266		323.877		195.766	
Intermediação financeira		181.159		344.894		210.722	
Prestação de serviços	14c	3.951		8.638		9.214	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(12.097)		(29.153)		(25.346)	
Outras receitas/despesas		(747)		(502)		1.176	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(18.742)		(39.414)		(31.954)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(17.107)		(27.905)		(24.288)	
Materiais, energia e outros		(136)		(298)		(223)	
Serviços de terceiros		(11.971)		(18.524)		(16.103)	
Processamento de dados	14e	(1.806)		(3.425)		(2.825)	
Outros		(3.194)		(5.658)		(5.137)	
VALOR ADICIONADO BRUTO		136.417		256.558		139.524	
Despesas de amortização/depreciação		(66)		(130)		(122)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		136.351		256.428		139.402	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(136.351)	100	(256.428)	100	(139.402)	100
PESSOAL	14d	(18.731)	14	(35.449)	14	(32.817)	24
Remunerações e honorários		(15.124)		(28.739)		(26.839)	
Benefícios e treinamento		(2.785)		(5.119)		(4.470)	
FGTS		(822)		(1.591)		(1.508)	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		(25.003)	18	(48.350)	19	(23.553)	17
Federais		(24.719)		(47.744)		(22.900)	
Estadual		-		(1)		(72)	
Municipais		(284)		(605)		(581)	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	14e	(1.084)	1	(2.087)	1	(1.691)	1
Aluguéis		(1.084)		(2.087)		(1.691)	
REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	13c	(91.533)	67	(170.542)	66	(81.341)	58
Juros sobre o capital próprio		(74.468)		(138.040)		(73.412)	
Lucros retidos		(17.065)		(32.502)		(7.929)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 - Contexto operacional

A Agência de Fomento do Paraná S.A - Fomento Paraná ("Instituição"), situada na Rua Comendador Araújo, 652 - Batel, em Curitiba - PR, é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual n.º 11.741/1997 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n.º 2.828/2001 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- (a) Fundos e programas oficiais;
- (b) Orçamentos federal, estaduais e municipais;
- (c) Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- (d) Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de micro finanças - DIM; e,
- (e) Outras modalidades de captação, desde que aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado e, ainda, participar de empreendimentos públicos e privados.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais

a) Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam a Resolução CMN n.º 4.818/2020 e Resolução BCB n.º 2/2020, incluindo as diretrizes emanadas das Leis n.º 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Fomento Paraná na elaboração das demonstrações financeiras adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no ano de 2022.

Com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.911/2021, a partir de 1º de janeiro de 2022 a Fomento Paraná não está mais sujeita a elaboração e publicação das Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/Relatório dos Auditores. Sendo mantidas a obrigatoriedade de publicação dos documentos: **(i)** Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADO 4060); e **(ii)** Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADO 4066), para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro. O Relatório do Conglomerado Prudencial, instituído pela referida norma, e com periodicidade semestral,

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro, não é aplicável a Fomento Paraná, em cumprimento ao estabelecido no art.16 § 1º da Resolução BCB nº 146/2021, devido seu enquadramento como Segmento 4 (S4).

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2023.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Mudanças na apresentação

Para fins de melhor comparabilidade, a DFC do exercício de 2021, foi reclassificada conforme segue:

PUBLICADO		ATUAL	
	31/12/2021	Reclassificação	31/12/2021
Redução (aumento) em outros créditos	(1.476)	2.603	1.128
Redução (aumento) em créditos tributários	2.603	(2.603)	-

Nota 3 - Principais práticas contábeis adotadas

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata* die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela Fomento Paraná para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.818/2020.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

d) Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (títulos de valores mobiliários e operações de crédito) e passivos (obrigações por repasses e empréstimos) se aproximam de seus correspondentes valores de realização, e são avaliados conforme a seguir:

I - Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução CMN nº 3.834/2010, a Fomento Paraná aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimento, formados exclusivamente por títulos públicos federais. Para tanto, constituiu fundos de renda fixa destinados a investidores restritos - Fomento Paraná, Fundo de Aval Rural (FAR), Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), Fundo de Aval Garantidor das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (FAG) e recursos oriundos dos "Ativos do Estado". Os respectivos fundos estão sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota 5.

Os fundos de investimento são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível em publicações da CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

Não estão sendo apresentadas as classificações, conforme critérios de registro e avaliação dispostos na Circular BCB nº 3.068/2001, tendo em vista a dispensa da sua aplicação às Agências de Fomento.

Na data da demonstração financeira, a Fomento Paraná não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

II - Operações de crédito e obrigações por repasses e empréstimos

As operações de crédito e as obrigações por repasse e empréstimos, encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, em base *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

Para as operações de créditos vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

III - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000, bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, seguindo as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requerem:

- (i) A sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela a abaixo); e
- (ii) Avaliação periódica quanto ao nível de risco, com base na conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Período de atraso ⁽¹⁾	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses a Fomento Paraná aplica a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

e) Ativos não financeiros mantidos para venda

Estão registrados os bens móveis e imóveis recebidos em dação em pagamento ou oriundos de execução de garantias em operações de créditos. São registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. Anualmente passam por avaliação, e identificada uma variação para menor do valor registrado, uma provisão para desvalorização é reconhecida. A composição dos valores é apresentada na nota 7a.

f) Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis, são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada, descritas na nota 8a e 8b.

g) Redução do valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

h) Tributos correntes e diferidos

Os tributos incidentes sobre o Lucro e o faturamento são calculados às alíquotas a seguir demonstradas:

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

TRIBUTO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda (IR)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR) ⁽¹⁾	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ⁽²⁾	20,00% e 21,00%
Pis	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	5,00%

(1) Alíquota adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano.

(2) A Lei nº 14.446/2022 (conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.115/2022), publicada em 05 de setembro de 2022, dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que passou de 20% para 21%, aplicável para os bancos de qualquer espécie e agências de fomento, produzindo efeitos de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022, retornando para 20% a partir de 01/01/2023.

Conforme a legislação tributária, a Fomento Paraná optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os ativos fiscais diferidos, são reconhecidos conforme Resolução CMN nº 4.842/2020. Os ativos fiscais diferidos, também denominados "créditos tributários", são constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes de despesas apropriadas no período e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, e são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos". Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os passivos fiscais diferidos, também denominados "débitos tributários" são constituídos sobre diferenças temporárias tributáveis, decorrentes de receitas de créditos recuperados, tributadas pelo regime de caixa, na forma prevista no artigo 12, § 2º da Lei Federal nº 9.430/1996, e são registrados na rubrica "Obrigações Fiscais Diferidas".

O registro contábil dos créditos e débitos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização.

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, os créditos e débitos tributários são apresentados integralmente no ativo e passivo não-circulante, independentemente de sua expectativa de realização.

A composição dos valores dos tributos correntes e diferidos, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão evidenciadas na nota 15.

i) Outros ativos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base *pro rata* die e provisão para perda, quando necessária. Os saldos realizáveis em até 12 meses são classificados no ativo circulante.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

I - Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, salvo, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação, e, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes classificados com expectativa de êxito provável, são divulgados nas demonstrações financeiras.

II - Provisões

São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

III- Passivos contingentes

Conforme definido no CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

k) Outros passivos

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base *pro rata die*. Os saldos exigíveis em até 12 meses são classificados no passivo circulante.

l) Juros sobre o capital próprio (JCP)

Os juros sobre o capital próprio (JCP), destinados aos acionistas, são calculados em conformidade com a Lei Federal nº 9.249/1995. A Resolução CMN nº 4.706/2018, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece os procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, a partir do momento em que sejam declarados ou propostos e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica "Outros Passivos - Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

Aos acionistas, é destinada a importância mínima de 25% (vinte e cinco por cento), a título de JCP, nos termos do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/1976 e do Estatuto Social. Por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum*, da Assembleia Geral, o crédito contábil dos JCP, pode atingir o limite máximo permitido pelo benefício fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249/1995, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos.

m) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Instituição elaborou de forma espontânea, a demonstração de valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

Com a edição da Resolução BCB nº 2/2020, passou a ser requerida a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Seguindo a definição da norma, como não recorrentes

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

classifica-se o resultado que: **(i)** não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e **(ii)** não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 19a.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	130	1
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	1.322.452	1.065.928
Total	1.322.582	1.065.929

Nota 5 - Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria		
Títulos públicos federais - LFT	41.226	20.163
Cotas de fundos de investimento de renda fixa (a.1)	1.322.452	1.065.928
Fundo garantidor de investimentos - FGI (a.2)	1.197	1.165
Cotas de fundos de investimentos em participações - FIPs (a.3)	9.561	6.809
(-) Provisão para desvalorização (a.3)	(49)	(39)
Vinculados ao Banco Central		
Títulos públicos federais - LFT (a.4)	60.417	-
Vinculados à prestação de garantias		
Cotas de fundos de investimento de renda fixa (a.1)	9.026	11.000
Total	1.443.830	1.105.026

a.1 - Cotas de fundos de investimentos de renda fixa

Os fundos de investimento de renda fixa recebem, além dos recursos da Fomento Paraná, recursos dos fundos estaduais e da carteira de "Ativos do Estado" sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sem penalidade no resgate.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 9.027 mil (R\$ 11.000 mil em dezembro de 2021) refere-se às cotas do fundo exclusivo dadas em garantias na operação de repasse realizada junto à Caixa Econômica Federal - CEF-PNMPO. O valor vinculado é equivalente a 100% da dívida contratada, conforme demonstrado na nota 9.

O montante correspondente à Fomento Paraná aplicado nos fundos, em 31/12/2022, é de R\$ 1.331.478 mil, que equivale as seguintes participações no patrimônio dos fundos:

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Administradores	Patrimônio líquido do fundo	Recursos da Fomento Paraná	% Participação
Caixa Econômica Federal	522.796	522.796	100,00%
Banco do Brasil	1.120.854	808.682	72,15%
Total	1.643.650	1.331.478	

Composição por tipo de título - Fundos de renda fixa

Administradores	Faixas de vencimento	Valor
Caixa Econômica Federal		
Operação compromissada - LTN	01/07/2023	267.167
LFT	01/03/2023 a 01/09/2027	255.642
Ajuste		(13)
Subtotal		522.796
Banco do Brasil		
Operação compromissada - LFT	02/01/2023	987.033
LFT	01/09/2023 a 01/03/2025	133.781
Ajustes		40
Subtotal		1.120.854
Total		1.643.650

a.2 - Cotas de fundos garantidores de operações de crédito

A Fomento Paraná opera com a garantia do FGI - Fundo Garantidor para Investimentos, administrado pelo BNDES. Para tanto, conforme previsto nas normas do respectivo fundo, adquiriu cotas na proporção de 0,5% dos valores que pretende alavancar como garantias nas operações com seus mutuários.

a.3 - Cotas de fundos de investimento em participações (FIPs)

As aplicações em cotas de fundos de investimento em participações são administradas por instituições privadas, sendo que as cotas dos fundos são mensuradas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço. Em 31/12/2022, as cotas estavam assim constituídas:

Fundo	Capital subscrito	Capital integralizado	Provisão	Valor contábil
Fundo Criatec 3	1.500	1.375	(4)	1.493
Fundo Sul Inovação	3.000	2.893	-	5.158
Tm3 Capital Vc4	5.000	1.874	(21)	2.885
Total	9.500	6.142	(25)	9.536

a.4 - Títulos públicos vinculados ao Banco Central

Os títulos públicos federais, vinculados ao Banco Central, correspondem à integralização de capital social, recolhidos até aprovação do processo pelo Banco Central.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Nota 6 - Operações de crédito

a) Composição por modalidade

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	375.539	347.616
Financiamentos	118.106	122.555
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	786.915	832.242
Carteira bruta	1.280.560	1.302.413
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(59.151)	(47.897)
Carteira líquida de provisão	1.221.409	1.254.516

b) Composição por setor de atividade econômica

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Setor privado	436.352	409.230
Indústria	58.468	64.089
Comércio	169.452	155.414
Serviços	194.081	175.607
Pessoas físicas	14.351	14.120
Setor público	844.208	893.183
Administração direta municipal	844.208	893.183
Total da carteira	1.280.560	1.302.413

c) Concentração dos principais devedores de operações de crédito

Descrição	31/12/2022	% da carteira	31/12/2021	% da carteira
Principal devedor	64.396	5,03%	75.333	5,78%
10 maiores devedores	185.168	14,46%	209.735	16,10%
50 maiores devedores	311.773	24,35%	299.984	23,03%
Demais devedores	719.223	56,16%	717.361	55,09%
Total da carteira	1.280.560	100,00%	1.302.413	100,00%

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

d) Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

Operações em curso normal											
Níveis de risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas vincendas	254.347	695.149	156.536	68.542	11.390	3.241	2.310	1.485	19.351	1.212.351	1.244.815
1 a 30 dias	8.139	22.501	4.126	1.691	353	145	69	30	436	37.490	39.991
31 a 60 dias	6.473	18.476	3.889	1.707	360	151	73	31	468	31.628	33.406
61 a 90 dias	6.447	18.456	3.846	1.774	363	153	73	31	466	31.609	33.649
91 a 180 dias	19.194	55.517	11.616	5.438	856	462	221	93	1.495	94.892	100.146
181 a 360 dias	36.114	109.113	23.492	10.756	1.621	451	430	168	3.042	185.187	187.918
Acima de 360 dias	177.980	471.086	109.567	47.176	7.837	1.879	1.444	1.132	13.444	831.545	849.705
Parcelas vencidas até 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	7
Operações em curso anormal ⁽¹⁾											
Parcelas vincendas	-	174	9.665	12.271	7.198	7.723	4.220	3.909	15.331	60.491	52.032
1 a 30 dias	-	3	297	327	248	226	138	123	484	1.846	1.463
31 a 60 dias	-	3	301	331	250	224	138	124	491	1.862	1.458
61 a 90 dias	-	3	303	334	249	223	139	122	489	1.862	1.456
91 a 180 dias	-	10	919	1.042	745	685	421	366	1.460	5.648	4.359
181 a 360 dias	-	20	1.910	2.209	1.456	1.369	829	717	2.925	11.435	8.417
Acima de 360 dias	-	135	5.935	8.028	4.250	4.996	2.555	2.457	9.482	37.838	34.879
Parcelas vencidas	-	6	467	810	743	772	673	670	3.569	7.710	5.559
1 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	6
15 a 30 dias	-	6	463	477	304	264	162	142	564	2.382	1.951
31 a 60 dias	-	-	4	266	194	150	128	103	465	1.310	1.230
61 a 90 dias	-	-	-	49	163	163	103	91	378	947	693
91 a 180 dias	-	-	-	18	82	174	255	296	939	1.764	865
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	21	25	38	1.195	1.279	751
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19	63
Total geral em 31/12/2022	254.347	695.329	166.668	81.623	19.331	11.736	7.203	6.064	38.259	1.280.560	
Total geral em 31/12/2021	159.186	691.771	292.011	92.602	21.143	6.968	5.492	4.834	28.406		1.302.413

(1) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

e) Composição da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

Classificação de risco	Total da carteira	% participação	31/12/2022		31/12/2021
			Provisão BACEN mínima requerida		Provisão BACEN mínima requerida
			%	Valor	
AA	254.347	19,86	-	-	-
A	695.329	54,30	0,50	(3.477)	(3.459)
B	166.668	13,02	1,00	(1.667)	(2.920)
C	81.623	6,37	3,00	(2.448)	(2.778)
D	19.331	1,51	10,00	(1.933)	(2.114)
E	11.736	0,92	30,00	(3.520)	(2.090)
F	7.203	0,56	50,00	(3.602)	(2.746)
G	6.064	0,47	70,00	(4.245)	(3.384)
H	38.259	2,99	100,00	(38.259)	(28.406)
Total	1.280.560	100,00		(59.151)	(47.897)

f) Movimentação da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	57.534	47.897	42.700
Constituição de provisão líquida de reversões	12.097	29.153	25.346
Créditos baixados para prejuízo	(10.480)	(17.899)	(20.149)
Saldo final	59.151	59.151	47.897
Créditos recuperados do prejuízo ⁽¹⁾	7.947	18.684	11.813

(1) Corresponde aos créditos recuperados anteriormente baixados contra a provisão para perdas, no exercício de 2022, do montante de R\$ 18.684 mil, R\$ 11.027 mil são oriundos de renegociações e R\$ 7.657 mil de recebimentos dos clientes, em espécie ou bens.

g) Créditos Renegociados

Discriminação	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Créditos renegociados	14.940	33.656	61.287

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 73.915 mil em 31/12/2022 (R\$ 75.129 mil em 31/12/2021).

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Fomento Paraná aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, fundos garantidores de crédito e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas a municípios são aceitas quotas parte do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços).

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Nota 7 - Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas a receber	5.623	4.190
Adiantamentos concedidos	2.203	2.011
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	22.636	20.257
Devedores diversos país	876	637
Outros valores e bens (a)	2.529	2.266
(-) Provisões para desvalorização (a)	(93)	(48)
Total	33.774	29.313

(1) Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que o montante de R\$ 22.627 mil (R\$ 20.255 mil em 31/12/2021) referem-se ao depósito na ação descrita na nota 11e. Sobre esse depósito, foi efetuada a atualização monetária no valor de R\$ 1.597 mil, registrada na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme nota 14h. Considerando que o valor depositado é retido do fornecedor, a atualização teve contrapartida na rubrica "Credores diversos no país", conforme nota 12b e o registro de despesas de atualização monetária, na rubrica "Outras despesas operacionais", conforme nota 14h. Desta forma não gerou impactos no resultado da Instituição no exercício.

a) Outros valores e bens

	31/12/2022	31/12/2021
Material em estoque	56	56
Despesas antecipadas	94	99
Ativos não financeiros mantidos para venda	2.379	2.111
Total	2.529	2.266
(-) Provisões para desvalorização ⁽¹⁾	(93)	(48)
Total	2.436	2.218

(1) Ajuste por redução ao valor recuperável dos bens recebidos em quitação de operações de créditos.

Nota 8 - Imobilizado de uso e intangível

a) Imobilizado de uso

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				31/12/2022	31/12/2021
Instalações, móveis e equipamentos	6,67% a 50%	543	(318)	225	251
Sistema de comunicação	10% a 33,33%	223	(177)	46	65
Processamento de dados	10% a 50%	982	(917)	65	91
Sistema de transporte	20%	29	(29)	-	-
Benfeitorias de bens de terceiros	10% a 50%	42	(30)	12	17
Total		1.819	(1.471)	348	424

b) Intangível

	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor Residual	
				31/12/2022	31/12/2021
Licença de uso software	20%	355	(317)	38	48
Total		355	(317)	38	48

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Nota 9 – Passivos Financeiros

a) Obrigações por repasses do país

Essas obrigações correspondem aos saldos de recursos originários de instituições oficiais de repasse do país, os quais são repassados para financiamentos e empréstimos a empreendimentos no Estado do Paraná, na área privada e pública. Essas obrigações estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais definidas nas políticas operacionais de cada entidade ou fundo repassador de recursos.

Os saldos das obrigações de repasse são os seguintes:

Instituições do país	31/12/2022	31/12/2021
BNDES	266.825	283.598
CEF	12.058	16.445
FINAME	10.502	10.890
FINEP	19.798	14.414
FUNGETUR	31.446	36.880
BRDE	7.069	9.621
Total	347.698	371.848

	Vencimento final	31/12/2022	31/12/2021
BNDES PMAT	15/10/2023	288	629
BNDES Automático pós	15/03/2034	114.237	124.973
BNDES Microcrédito ⁽¹⁾	15/12/2027	83.178	93.234
BNDES Automático pré	15/09/2032	69.122	64.762
CAIXA - Microcrédito ⁽¹⁾	20/12/2025	9.045	11.023
CAIXA FGTS Pró-Transporte ⁽²⁾	10/12/2038	3.013	5.422
FINAME pré	15/09/2031	5.679	6.241
FINAME pós	15/04/2032	4.823	4.649
FINEP - Inovacred ⁽³⁾	15/08/2030	19.798	14.414
FUNGETUR	10/05/2027	31.446	36.880
BRDE	10/09/2025	7.069	9.621
Total		347.698	371.848

(1) Repasse de recursos captados junto à CEF e BNDES para operar Microcrédito, no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.854/2020.

(2) Repasse de recursos captados junto à CEF/FGTS destinados a operações com municípios, para financiar projetos de mobilidade urbana, incluídas no PAC2.

(3) Os respectivos encargos aplicados a FINEP, para o Programa Inovacred, serão deduzidos de 2% a 5% ao ano, a título de equalização, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e as decisões da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.

b) Empréstimos no exterior

O empréstimo contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, teve a primeira tranche liberada, no montante de US\$ 6,0 milhões. A contratação incluiu “serviço de gestão de dívida”, resultando num swap contratado pela CAF, e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

Tranches	Data da Liberação	Vencimento final	Taxa de juros	Valor Liberado	31/12/2022	31/12/2021
CAF-1	08/09/2022	30/09/2027	CDI + 2,5%	31.127	32.712	-

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

c) Outros passivos financeiros

Fundos financeiros e de desenvolvimento	31/12/2022	31/12/2021
FUNGETUR ⁽¹⁾	-	4.224

(1) Refere-se a recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, transferidos pelo Ministério do Turismo para a concessão de operações de crédito, conforme termos do contrato de prestação de serviços nº 004/2019, celebrado entre a Fomento do Paraná e a União. Sobre esses recursos o Fundo é remunerado pela taxa Selic. Em 2022, os recursos foram integralmente liberados para operações de financiamentos, e, portanto, o saldo devedor reconhecido na rubrica "Obrigações por repasses do país".

Nota 10 – Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 15)	9.849	1.867
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 15)	3.833	-
Impostos e contribuições sobre salários	1.311	1.266
COFINS	1.153	860
PIS	187	140
Outros	254	148
Total	16.587	4.281

Nota 11 – Provisões para contingências

a) Ativos contingentes

Em julho de 2019, a Instituição ajuizou uma Ação de Repetição de Indébito (nº 5037152-33.2019.4.04.7000, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba), contra a União, visando à restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS e COFINS incidente sobre receitas financeiras percebidas pela Fomento Paraná, no período de 2007 a 2011, sob o regime cumulativo de apuração, tendo em vista que, no período citado, a empresa não se enquadrava ou se equiparava a instituição financeira para fins de tributação pelas Contribuições, fazendo jus à alíquota zero prevista nos termos do art. 1º do Decreto nº 5.442/2005, conforme decisão do CARF no Processo Administrativo nº 10980.725450/2013-07.

Com fulcro na decisão do CARF, a Instituição pleiteia junto à União a restituição de todos os valores indevidamente recolhidos a título de contribuições ao PIS e à COFINS sobre as receitas financeiras, tanto aquelas relacionadas as aplicações financeiras, quanto aquelas relacionadas à concessão de financiamentos, no período compreendido entre 2007 e 2011, para a qual obtivemos decisão favorável, em 20 de março de 2020, porém, não sendo definitiva, tendo em vista a interposição de Apelação pela União. A Fomento Paraná apresentou contrarrazões (em 20/07/2020) e o feito foi remetido ao TRF4, ao Relator Francisco Donizete Gomes, da 1ª Turma do TRF4, ocorrido em 30/07/2020. Após essa distribuição, em 16/02/2022 o MPF apresentou Parecer pelo regular processamento do feito.

Outro processo ajuizado, refere-se ao pedido de restituição dos valores recolhidos a maior pela Fomento Paraná a título de RAT, autuado sob nº 5060265-16.2019.4.04.7000, tendo em vista que a equiparação, para fins tributários, das agências de fomento aos bancos de desenvolvimento não influencia na definição da alíquota aplicável para fins de RAT, conforme reconhecido em Solução de Consulta da RFB. Trâmite perante a 2ª Vara Federal da JFPR.

Foi proferida sentença de improcedência do pedido em 23/07/2020. O Juízo *a quo* entendeu, em suma, que a Consulta formulada não tem caráter vinculativo, de forma que se faz preciso levar em consideração, no tocante à definição da alíquota de RAT, a atividade principal da empresa, observando-se as atividades efetivamente desempenhadas pelos segurados empregados e

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

trabalhadores avulsos, independentemente do objeto social da pessoa jurídica ou das atividades descritas em sua inscrição no CNPJ. A Autora interpôs recurso de Apelação em 04/09/2020. A Fazenda Nacional apresentou contrarrazões ao recurso em 12/11/2020. O feito foi remetido ao TRF4, ao Relator Alexandre Rossato da Silva Ávila, da 2ª Turma do TRF4, ocorrido em 13/11/2020. A Apelação, foi retirada da pauta virtual dos dias 07 a 14 de fevereiro de 2023, para nova inclusão em pauta presencial, possibilitando a realização de sustentação oral.

Conforme mencionado na nota 3j, item I, devido as características das ações, cuja a evidência de realização não é praticamente certa, nenhum efeito foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e passivos contingentes

A Fomento Paraná é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, fiscais e administrativas, os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das ações, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos advogados, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável, já aquelas classificadas como possíveis estão evidenciadas no item "d".

c) Contingências de risco provável

Natureza	31/12/2021	Constituição	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2022
Trabalhistas (c1)	593	588	61	(7)	(14)	1.221
Cíveis (c2)	39	21	20	(15)	(47)	18
Administrativas (c3)	84	-	13	-	-	97
Total	716	609	94	(22)	(61)	1.336

c.1 - Contingências trabalhistas

Ações trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Terceirizado	28	18
Sindicato dos bancários	1.193	575
Total	1.221	593

Houve inclusão de provisionamento para ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimento dos Bancários e Financieiros de Curitiba e Região, na qual foi proferida sentença nos autos nº 0000246-84.2021.5.09.0001, de procedência parcial para o fim de declarar aplicável aos colaboradores do quadro atual o PCCS antigo (de 2017), e não o atual (2021), mantida em grau de recurso e transitada em julgado. Manteve-se o provisionamento visando uma composição administrativa entre as partes.

c.2 - Contingências cíveis

As provisões para ações cíveis, classificadas como prováveis, são originárias de processos visando à reparação de supostos danos morais e/ou materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito, por alegações de descumprimento contratual, prescrição intercorrente, anulatória e outros.

c.3 - Contingências administrativas

A provisão refere-se ao Processo Administrativo Sancionador nº 122.906, proposto pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em desfavor da Fomento Paraná e gestores, no qual propôs-se a realização de Termo de Compromisso nº 155.065, com pagamento de contribuição pecuniária no valor de R\$ 200 mil, cujo objeto versa sobre a realização de compra de uma operação de crédito, no exercício de 2014, por valor relevante e incompatível com a qualidade dos créditos, apontando-se a possível prática de atos de gestão contrários aos interesses da Instituição, bem como realização de

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

escrituração contábil em desacordo com a regulamentação vigente, no que tange ao reconhecimento da provisão devido atribuição de *rating*, incompatível com a qualidade do crédito. O processo foi julgado no dia 28/06/2021, cuja decisão foi divulgada por meio de publicação oficial em 05/07/2021, fixando multa no valor de R\$ 50 mil, em desfavor da Fomento Paraná, com fundamento no artigo 5º, inciso II da Lei Federal nº 13.506/2017, cuja reversão se deu no segundo semestre de 2021, com a manutenção da provisão no valor fixado no *decisum*. A decisão foi desafiada por meio de Recurso Administrativo, ainda pendente de julgamento.

d) Contingências de risco possível

Processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados, conforme abaixo:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.137	806
Cíveis	311	48
Total	1.448	854

e) Fisco Municipal - autuação ISS

Em 2006 e 2010, a Fomento Paraná foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2002 a 2007, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a Fomento Paraná/SEFA e Paranacidade/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta em que a Fomento Paraná atua na qualidade de assistente. A sentença foi julgada extinta por ausência das condições da ação (ilegitimidade ativa), mantida em grau de recurso, não havendo pronunciamento do juízo quanto a eventual cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS. A Fomento Paraná ingressou com Embargos de Declaração para esclarecimentos quanto ao depósito judicial realizado.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota 7 - "Outros Ativos" e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do prestador de serviço - Paranacidade, e encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país", conforme demonstrado na nota 12b. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, desde 2007 a Fomento Paraná vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

Com base no artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, 70% (setenta por cento) do valor do depósito judicial acima mencionado, foi transferido para a conta única do Tesouro do Estado e 30% para o fundo de reserva, sob gestão da Caixa Econômica Federal, desta forma, mensalmente, apenas o saldo de 30% está sendo atualizado monetariamente.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Nota 12 – Outros Passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e estatutárias (a)	35.967	17.637
Diversas (b)	28.490	28.688
Total	64.457	46.325

a) *Sociais e estatutárias*

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre o capital próprio	28.782	12.743
Provisão para participações nos lucros	7.185	4.894
Total	35.967	17.637

b) *Diversas*

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para despesas de pessoal	2.819	2.951
Provisão para despesas administrativas	1.019	1.000
Credores diversos no país ⁽¹⁾	24.638	24.689
Cobrança e arrecadação de tributos	14	48
Total	28.490	28.688

(1) Conforme mencionado na nota 11e, a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranaense, valor este registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia" conforme nota 7. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país" e soma R\$ 23.082 mil (R\$ 20.646 mil em 31/12/2021). Assim como destacado na nota 7, foi realizada atualização do respectivo depósito com contrapartida em "Credores diversos no país".

Nota 13 - Patrimônio líquido

a) *Capital social*

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 1.843.073 mil (R\$ 1.647.047 mil em 31 de dezembro de 2021) representado por 1.843.073 (1.647.047 em dez/2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Por deliberação da Assembleia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) *Aumento de Capital*

Em 23 de maio de 2022 e 15 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social no montante de R\$ 65.000 mil e R\$ 60.000 mil, respectivamente, relativos ao aporte de capital efetuado pelo acionista Estado do Paraná, recursos esses destinados a operacionalização do Programa Paraná Urbano III, para realização de um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento urbano e melhorias de infraestrutura dos municípios paranaenses, as aprovações pelo BACEN ocorreram em 21 de julho de 2022 e 20 de janeiro de 2023, respectivamente. Em 01 de junho de 2022, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital na ordem R\$ 71.026 mil relativos à incorporação dos Juros sobre o Capital Próprio de 2021, destinados aos acionistas Estado do Paraná e Celepar, o qual foi aprovado pelo BACEN em 27 de julho de 2022.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Aumento de Capital	Estado do Paraná	Celepar	Total
Em dinheiro	125.000	-	125.000
Juros sobre o capital próprio - exercício 2021	71.014	12	71.026
Subtotal	196.014	12	196.026

Do total capitalizado, oriundos de juros sobre o capital próprio, o remanescente inferior a R\$ 1.000 mil, que é o valor nominal das ações, é destinado para reserva de Reserva de Capital, na rubrica "Reserva de ágio por subscrição de Ações".

c) Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada semestre/exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária.

O Conselho de Administração aprovou em 28 de junho de 2022 e 13 de dezembro de 2022, nos termos do Estatuto Social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser até o dia 30 de abril de 2023, o crédito dos juros sobre o capital próprio (JCP), relativo ao 1º e 2º semestre de 2022, respectivamente. Os referidos juros são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Os juros sobre o capital próprio do 1º e 2º semestre de 2022, foi registrado pelo limite fiscal da variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido, dentro do limite fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249/1995, complementada por disposições legais posteriores, totalizando no exercício o montante bruto de R\$ 138.040 mil.

Dessa forma, em 2022, foram destinados juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado abaixo:

Acionista	% Part.	Mínimo estatutário	Adicional proposto	Total
Estado do Paraná	99,9845%	28.778	109.237	138.015
Celepar	0,0155%	5	20	25
Total	100%	28.783	109.257	138.040

Em conformidade ao estabelecido no artigo 79 do Estatuto Social, o resultado apurado no exercício foi destinado da seguinte forma:

	2º semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido ajustado	91.533	170.542	81.341
Reserva legal (5% do lucro líquido)	4.577	8.528	4.067
Lucro líquido ajustado	86.956	162.014	77.274
Juros sobre o capital próprio - mínimo estatutário	15.379	28.783	12.744
Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	59.089	109.257	60.668
Constituição de reserva estatutária	12.488	23.974	3.862

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Nota 14 – Contas de resultado

a) *Receitas de operações de crédito*

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	35.781	68.361	53.636
Financiamentos	49.796	106.310	100.082
Subtotal	85.577	174.671	153.718
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.947	18.684	11.813
Total	93.523	193.355	165.531

b) *Despesas com repasses*

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
BNDES	(12.773)	(29.442)	(27.328)
CEF	(507)	(1.065)	(545)
FINAME	(353)	(679)	(532)
FINEP	(607)	(1.139)	(389)
Outras instituições no país	(2.839)	(5.426)	(3.160)
Empréstimos no exterior - CAF-1	(1.663)	(1.663)	-
Total	(18.742)	(39.414)	(31.954)

c) *Receita de prestação de serviço*

As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as tarifas por concessão de créditos e por prestação de serviços específicos relacionados ao crédito, bem como, taxas de serviços de gestão de fundos estaduais, conforme a seguir:

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito - PJ e PF	2.589	5.337	6.525
Gestão de fundos ⁽¹⁾	1.362	3.301	2.689
Total	3.951	8.638	9.214

(1) Em contrapartida à gestão de fundos, a Fomento Paraná é remunerada conforme evidenciado na nota 16a.

d) *Despesas de pessoal*

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(10.589)	(20.120)	(18.876)
Encargos sociais	(3.431)	(6.615)	(6.341)
Benefícios	(2.723)	(5.042)	(4.357)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.754)	(3.505)	(3.500)
Treinamentos	(62)	(77)	(113)
Remuneração estagiários	(700)	(1.290)	(1.096)
Total	(19.259)	(36.649)	(34.283)

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

e) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(11.971)	(18.524)	(16.103)
Processamento de dados	(1.806)	(3.425)	(2.825)
Aluguéis	(1.084)	(2.088)	(1.691)
Publicações, propaganda e publicidade	(481)	(982)	(1.673)
Serviços do sistema financeiro	(504)	(919)	(766)
Relações públicas	(687)	(821)	(798)
Viagens	(398)	(612)	(276)
Contribuições filantrópicas	(529)	(529)	(211)
Serviços de vigilância e segurança	(192)	(381)	(370)
Manutenção e conservação de bens	(182)	(353)	(318)
Comunicações	(93)	(235)	(188)
Seguros	(116)	(231)	(157)
Água e energia	(83)	(204)	(180)
Depreciações e amortizações	(66)	(130)	(122)
Outras despesas administrativas	(591)	(1.213)	(614)
Total	(18.783)	(30.647)	(26.292)

(1) Do total registrado nesta conta, R\$ 16.833 mil (R\$ 14.504 mil em 31/12/2021) refere-se a despesas com o Paranaidade decorrentes do Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa de 8%, calculado sobre cada liberação de recurso dos contratos relativos às operações de crédito.

f) Despesas tributárias

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(6.351)	(11.843)	(7.071)
PIS	(1.032)	(1.924)	(1.149)
ISSQN	(197)	(432)	(461)
Outros	(87)	(174)	(121)
Total	(7.667)	(14.373)	(8.802)

g) Despesas/reversão de provisão

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
(Provisão) reversão de processos trabalhistas	(600)	(635)	163
(Provisão) reversão de processos cíveis	(17)	6	91
(Provisão) reversão de processos administrativos	(4)	(13)	194
Total	(621)	(642)	448

h) Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre 2022	Acumulado em	
		31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de encargos e despesas	356	631	554
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	1.040	2.008	1.206
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(996)	(1.991)	(864)
Total	400	648	896

(1) Do total registrado nesta conta, R\$ 1.597 mil refere-se à atualização monetária do depósito judicial realizada até 31/12/2022 (R\$ 571 mil em 31/12/2021), conforme explicado na nota 7.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	Acumulado em			
	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	203.314	203.314	94.624	94.624
Participações dos empregados	(3.823)	(3.823)	(3.367)	(3.367)
Resultado após a participação dos empregados	199.491	199.491	91.257	91.257
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(137.184)	(137.184)	(64.160)	(64.160)
Adições (exclusões) temporárias	(485)	(485)	8.241	8.241
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.617	5.617	6.012	6.012
Renegociações tributadas por caixa	(8.517)	(8.517)	-	-
Rendas a apropriar em atraso	(639)	(639)	262	262
Provisões para contingências e desvalorizações	723	723	(407)	(407)
Outras adições (exclusões) temporárias	2.331	2.331	2.374	2.374
Adições (exclusões) permanentes	(136.699)	(136.699)	(72.401)	(72.401)
Juros sobre o capital próprio	(138.040)	(138.040)	(73.412)	(73.412)
Incentivos Fiscais Lei Rouanet, Fundos Idoso e Criança e Desporto) ⁽¹⁾	529	529	211	211
Outras adições (exclusões) permanentes	812	812	800	800
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	62.307	62.307	27.097	27.097
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	(695)	-	(419)	-
IRPJ e CSLL correntes devidos às alíquotas vigentes (nota 3h)	(14.858)	(12.569)	(6.331)	(6.188)
Ativo fiscal diferido	1.284	1.027	1.446	1.157
Passivo fiscal diferido	(2.129)	(1.703)	-	-
IRPJ e CSLL diferido calculados às alíquotas vigentes (nota 3h)	(845)	(677)	1.446	1.157
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(15.703)	(13.246)	(4.884)	(5.032)

(1) Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito da Lei Rouanet, Fundos Idoso e Criança, Desporto, programa de alimentação ao trabalhador (PAT) e do programa empresa cidadã, deduzidos no imposto de renda devido.

b) Natureza e origem dos ativos e passivos fiscais diferidos

Diferenças temporárias	2021	Constituição	Reversão	2022
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.628	22.727	(17.547)	25.808
Créditos em prejuízo	3.691	8.009	(10.591)	1.109
Rendas a apropriar em atraso	426	303	(590)	139
Total dos créditos tributários diferidos	24.745	31.039	(28.728)	27.056
Renegociações tributadas por caixa	-	4.484	(652)	3.832
Total dos débitos tributários diferidos	-	4.484	(652)	3.832

c) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Valor nominal	11.964	10.088	2.607	1.449	948	27.056
Valor presente ⁽¹⁾	11.691	9.518	2.389	1.290	820	25.706

(1) Para cálculo do valor presente foi utilizada a taxa média de captação da Fomento Paraná.

d) Créditos tributários não reconhecidos

Em 31/12/2022, existem créditos tributários não ativados na ordem R\$ 5.148 mil (31/12/2021 R\$ 3.974 mil), que decorrem de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cuja expectativa de realização é superior a 5 anos, prazo máximo contemplado no estudo tributário da

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Instituição, bem como, provisões para contingências e outras provisões administrativas, não passíveis de critério consistentes para a projeção de sua realização.

Nota 16 – Transações com partes relacionadas

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN nº 4.818/2020, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras, bem como a Política de Partes Relacionadas da Instituição.

De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da Fomento Paraná, o Estado do Paraná, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, o Serviço Social Autônomo Paranaidade, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Invest Paraná e o Pessoal-Chave da Administração.

a) Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da Fomento Paraná, com o qual a Fomento Paraná mantém as seguintes transações relacionadas:

- Gestão financeira e contábil do Fundos Estaduais, pela qual recebe comissão, calculadas conforme regras resumidas a seguir, sendo que no exercício de 2022, obteve receitas na ordem de R\$ 3.301 mil (R\$ 2.689 mil no exercício de 2021).

Fundo	Natureza	Base legal	Base de cálculo	Percentual	Forma de pagamento
FDE	Fundo público	Lei Estadual nº 5.515/1967	Recebimentos carteira	4% a.a.	Anual
FEM	Fundo público	Decreto Estadual nº 2.758/2019	Patrimônio líquido	4% a.a.	Mensal
FAG/PR	Fundo público	Decreto Estadual nº 11.462/2018	Patrimônio líquido	0,25% a.m. ou mínimo de R\$ 20 mil a.m.	Mensal
FGP/PR	Fundo privado PPPs	Lei Estadual nº 18.376/2014	Patrimônio líquido	0,15% a.a.	Mensal

- A Fomento Paraná atua na gestão e administração da carteira de Ativos de Créditos transferidos ao Estado do Paraná, no processo de monetização do Banestado e no processo de liquidação do BADEP. Dos recursos recuperados oriundos de ambas carteiras de créditos, 10% e 15%, respectivamente, serão destinados no orçamento do Estado para fins de capitalização da Fomento Paraná, na forma de aumento de capital. A Instituição também é reembolsada das despesas de pessoal e de TI, relacionadas a cobrança desses ativos, reconhecidas na rubrica "Recuperação de Encargos e Despesas". No ano de 2022 os reembolsos oriundos da gestão dos Ativos do Banestado totalizaram R\$ 373 mil (R\$ 402 mil em 2021). Por fim, sobre os créditos renegociados originários do BADEP, cobra tarifa de renegociação, reconhecida na rubrica "Receita de Prestação de Serviço", a qual é paga pelo mutuário da dívida com o BADEP diretamente à Fomento Paraná, atividade que teve início em 2022, com valores recebidos na ordem de R\$ 107 mil.
- Existe ainda registrado no balanço, ativos a receber na ordem de R\$ 2.593 mil, reconhecidos na rubrica "Rendas a Receber", oriundos da cobrança dos ativos do Banestado, conforme previsto no Contrato de Gestão de Bens, Direitos e Obrigações dos Ativos do Estado, celebrado com o acionista Estado do Paraná, cuja vigência encerrou em 2022. O pagamento desse valor pelo Estado, depende de tratativas orçamentárias pela Secretaria da Fazenda.
- Até 2015, a sede utilizada pela Fomento Paraná era de propriedade do BADEP, em 2016, foi transferida ao Estado do Paraná, que continuou cedendo salas no prédio, com gastos de condomínio e aluguel a serem ressarcidos mediante formalização do instrumento de comodato. O montante relativo a esse ressarcimento foi provisionado na rubrica "Provisão para Despesas

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Administrativas, conforme nota 12, e soma R\$ 904 mil. Também, quando da mudança de sede, em junho de 2018, a Fomento Paraná, cedeu com ônus para o Estado do Paraná bens móveis (mesas, armários, condicionadores de ar e outros) que somaram à época o valor residual de R\$ 321 mil, os quais estão registrados na rubrica "Ativos não Financeiros Mantidos para Venda", conforme nota 7a. Esses valores dependem de formalização de encontro de contas entre Estado do Paraná e Fomento Paraná, para efetivação da sua baixa.

b) Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR

Acionista minoritário da Fomento Paraná, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A empresa foi contratada para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informática através de contrato de prestação de serviços. No exercício de 2022, resultaram despesas no montante de R\$ 2.859 mil (R\$ 2.321 mil no exercício de 2021).

c) Serviço Social Autônomo Paranacidade

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498/1996 (revogada pela Lei Estadual nº 15.211/2006), goza de autonomia administrativa e financeira e vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado das Cidades – SECID. A Fomento Paraná, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/2001, mantém firmado com o Paranacidade Ato Conjunto, que estabelece a forma de remuneração, entre as partes, conforme evidenciado na nota 14e, que em 2022 resultou em despesas na ordem de R\$ 16.833 mil (R\$ 14.504 mil em 2021).

Dessa relação comercial resultou uma ação do fisco municipal de Curitiba, de não retenção de ISS, sob a qual a Fomento Paraná, mantém depósito judicial e retenção dos valores do Paranacidade, que resultam em ativo e passivo na ordem de R\$ 22 milhões, e, portanto, com nenhum tipo de ônus a Instituição, conforme explicado na nota 11e.

O Paranacidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná. No exercício de 2022 foram reembolsado R\$ 1.441 mil (R\$ 1.136 mil no exercício de 2021).

d) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Instituição financeira pública, na qual o Estado do Paraná é um dos acionistas. Em 2021, a Fomento Paraná contratou em condições similares de mercado com o BRDE, empréstimo para operacionalizar repasse de recursos aos seus clientes. O valor contratado foi de R\$ 10.000 mil, e apresenta saldo devedor de R\$ 7.069 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.621 mil em 31 de dezembro de 2021).

e) Invest Paraná

Pessoa jurídica de direito privado constituída sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, atua como ponte entre governo do Estado e iniciativa privada, auxiliando no levantamento de dados, atração de investimentos, fornecimento de informações e tomada de decisões estratégicas, com a qual, em setembro de 2021, firmou Termo de Comodato com Ressarcimento de Despesas, relativo à cessão de uso de espaço físico na sede da Fomento Paraná. O reembolso de despesas se dá de forma mensal e somou no exercício de 2022 R\$ 249 mil (R\$ 96 mil no exercício de 2021).

f) Política de remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Fomento Paraná, representado pela Diretoria e Conselho de Administração.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos regramentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

A Assembleia Geral aprova anualmente o montante global de remuneração dos Administradores, tendo sido fixada em abril de 2022 no montante de R\$ 3.036 mil, mais encargos de R\$ 889 mil.

Nota 17 - Adequação de capital

A Fomento Paraná atua conforme as regras de requerimento de capital preconizadas no Acordo de Basileia III, do qual o Brasil é signatário, e que resulta em um arcabouço regulatório editado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que trata do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatíveis com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).

A Instituição exerce a opção de destacar parcela do PR para aplicação exclusiva em operações de crédito com órgãos e entidades do setor público, que é deduzido para fins de verificação do cumprimento dos requerimentos mínimos de capital.

A Fomento mantém, permanentemente, margem de PR em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para a cobertura do Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) e o Adicional de Capital Principal mínimo requerido para RWA (ACP).

O detalhamento do capital requerido relativamente ao RWA é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	2.263.760	1.986.633
Parcela do PR destacado para operações de crédito com o setor público	(1.716.161)	(1.591.493)
PR para comparação com o RWA	547.599	395.140
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	835.543	782.696
RWA _{cpad} - RWA para risco de crédito por abordagem padronizada	496.873	487.288
RWA _{opad} - RWA para risco operacional por abordagem padronizada	338.670	295.408
Capital p/ cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária (RBAN-Dez/21 - IRRBB-Dez/22)	60.552	32
PR mínimo requerido para RWA e IRRBB	127.396	62.648
Adicional de capital principal mínimo requerido p/ RWA (ACP)	20.889	15.654
Margem de PR considerando o RBAN e o ACP	399.314	316.838
Índice de Basileia (PR/RWA) - mínimo 8%	65,54%	50,48%

Nota 18 - Gestão de riscos, de capital e análise de sensibilidade

O gerenciamento de riscos na Fomento Paraná é coordenado pela Gerência de Riscos e *Compliance*, subordinada ao Diretor-Presidente e liderada pelo Diretor Jurídico, indicado nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017 Diretor para Gerenciamento de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO).

Os riscos relevantes e o capital são gerenciados de maneira integrada em conformidade com as Resoluções CMN 4.557/2017 e 4.595/2017. Estas resoluções estabelecem diferentes responsabilidades conforme segmentação constante na Resolução CMN nº 4.553/2017. A Fomento Paraná está enquadrada no segmento 4 (S4), cumprindo as obrigações cabíveis ao bloco.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

O Relatório de Pilar 3, contendo a Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (tabela OVA), encontra-se disponível no sítio da internet da Fomento Paraná, no endereço eletrônico: <http://www.fomento.pr.gov.br/Pagina/gestao-de-riscos-e-gerenciamento-de-capital>.

Dentre os principais riscos, destacam-se:

a) *Risco operacional*

A gestão de riscos operacionais é baseada em avaliações dos produtos, contratos e processos da empresa. Os normativos internos da Fomento Paraná dispõem sobre as rotinas, emissão de relatórios, deliberações de ações preventivas e corretivas, frequência de avaliação, assim como o registro de perdas financeiras decorrentes de falhas.

A alocação de capital regulamentar para risco operacional (RWAOpad) é apurada utilizando a metodologia da Abordagem do Indicador Básico – BIA, cujo valor é calculado semestralmente seguindo premissas estabelecidas pelo BACEN.

b) *Risco de mercado e risco das taxas de juros das operações classificadas na carteira bancária*

Todas as operações são classificadas na carteira bancária.

A partir de janeiro de 2022 a metodologia de cálculo do Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), foi modificado conforme a Circular BCB nº 3.876/2018, causando variação significativa do valor se comparado a 2021.

A mensuração do IRRBB, em observância à Circular BCB nº 3.876/2018 cabível as instituições do segmento S4, é processada mensalmente, sob a responsabilidade da Gerência de Riscos e *Compliance*, por empresa terceirizada de serviços financeiros e tecnologia especializada em finanças corporativas e gestão de riscos. O valor resultante é reportado ao BACEN pela Fomento Paraná no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

c) *Risco de crédito*

A gestão de risco de crédito é feita a partir da análise da carteira, isto é, no controle, no monitoramento e na recuperação de crédito da carteira, com base em cálculos estatísticos. O gerenciamento considera limites operacionais estabelecidos, mecanismos de mitigação de riscos e procedimentos técnicos, tais como modelos e critérios observados nas rotinas de concessão com o objetivo de manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração.

Em um processo de gestão preventiva, contínua e integrada, o gerenciamento de risco de crédito também leva em conta a regulamentação, as políticas e as práticas internas. Havendo algum sinal que aponte para elevação substancial do risco, desvio em relação à estratégia, à regulamentação, às políticas ou até mesmo às oportunidades de aderência aos negócios da Instituição, a área de Riscos e *Compliance* encaminhará o assunto à Diretoria Reunida (REDIR).

O capital para a cobertura do risco de crédito (RWACpad) é calculado mediante a abordagem padronizada, nos termos da legislação do BACEN.

d) *Risco de liquidez*

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de desequilíbrio do fluxo de caixa aos quais a Fomento Paraná poderá estar exposta. A Instituição estabelece em política interna os níveis de liquidez a serem cumpridos e a execução do plano de contingência em situações que, eventualmente, os níveis de liquidez atinjam padrões inferiores aos pré-estabelecidos.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

e) *Risco de conformidade (compliance)*

Risco relacionado a perdas financeiras ou reputacionais que possam ocorrer em razão de descumprimentos de dispositivos legais e regulatórios, ou descumprimento de regulamentos internos.

A Fomento Paraná possui norma específica de *compliance*, consoante com a Resolução CMN nº 4.595/2017, que estabelece processos e estrutura para monitoramento regulatório e acompanhamento de ações para gerenciamento do risco de conformidade. Eventos relacionados a este risco são reportados à alta administração e as ações relativas à função de conformidade em andamento são monitoradas através de relatórios anuais.

f) *Risco social, ambiental e climático*

A Fomento Paraná normatizou sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), na qual formalizou os princípios e diretrizes de sustentabilidade para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. A política está disponível em <https://www.fomento.pr.gov.br/pagina/responsabilidade-social-ambiental-e-climatica>.

A Instituição solicita regularidade ambiental para apoio aos financiamentos de projetos de investimento de maior complexidade e possui lista de atividades e empreendimento não apoiáveis em função de princípios expressos na PRSAC.

g) *Gestão de capital*

O gerenciamento de capital é conduzido por meio de um processo contínuo e prospectivo de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Para tal são estabelecidos mecanismos para o monitoramento do capital, bem como de avaliação frequente da necessidade de capital diante de eventuais riscos a que a Instituição está sujeita.

Anualmente é elaborado o Plano de Capital, com caráter prospectivo, a partir de informações oriundas do orçamento estipulado para os próximos anos (despesas) e também do desempenho da produção previsto no Planejamento Estratégico (receitas).

Também são realizados, periodicamente, exercícios de Teste de Estresse em atendimento ao Programa de Teste de Estresse que a Instituição possui.

h) *Análise de sensibilidade – ativos e passivos*

Conforme determina a Resolução BCB nº 2/2020, artigo 35, a Fomento Paraná realizou análise de sensibilidade, aplicando estresse de variáveis em seus principais ativos e passivos, sujeitos às oscilações importantes e impactos nos resultados, resultando nos seguintes cenários:

Otimista: aumento de 25%: na taxa de juros que remunera a carteira de títulos e valores mobiliários; na taxa de juros das operações de crédito (pós-fixadas); e na taxa de juros das despesas de repasse (pós-fixadas).

Pessimista: aumento de 25%: na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Pessimista +: Aumento de 25%: na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e redução de 25%: na taxa de juros da carteira de títulos e valores mobiliários, na taxa de juros das operações de crédito (pós-fixada), e na taxa de juros das despesas de repasse (pós-fixada).

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Efeito	Otimista	Pessimista	Pessimista +
Títulos e valores mobiliários	37.885	-	(37.885)
Operações de crédito	32.177	-	(32.177)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(7.288)	(7.288)
Despesas de Repasse	(8.358)	-	8.358
Resultado bruto	61.703	(7.288)	(68.991)
Tributos	(28.768)	3.280	19.290
Resultado líquido	32.935	(4.008)	(49.702)
Patrimônio de referência	32.935	(4.008)	(40.234)

Nota 19 - Outras informações

a) Resultados recorrentes/não recorrentes

Na classificação de resultados recorrentes e não recorrentes, é observada a seguinte definição:

- (i) **recorrentes**: os resultados obtidos no desempenho das atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações de créditos, de tesouraria, captações de recursos, prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Fomento Paraná; e
- (ii) **não recorrentes**: são oriundos das receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	Acumulado em	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	170.542	81.341
(-) Eventos não recorrentes líquidos dos efeitos tributários	(755)	(1.900)
Reversão/(provisão) para contingências ⁽¹⁾	(637)	(381)
Resultado não operacional ⁽²⁾	12	21
Tributos (IRPJ e CSLL) ⁽³⁾	(130)	(1.540)
Resultado líquido do exercício recorrente	171.297	83.241

- (1) Decorre de provisão para processos administrativos (Bacen) e trabalhista (Ação sindicato dos bancários relativos revisão do plano de carreiras, cargos e salários) com valores individuais relevantes e atípicos e que não há expectativa de que aconteça em exercícios consecutivos.
- (2) Eventos decorrentes principalmente de ativos não financeiros mantidos para venda, sendo receita de contrato de aluguel vigente no ato da dação em pagamento de R\$ 54 mil e despesas decorrentes de provisão para desvalorização desses bens de R\$ 45 mil.
- (3) Evento decorrente principalmente do efeito da majoração da alíquota da CSLL de 20% para 21%, durante o período de 01/08/2022 a 31/12/2022, conforme Lei nº 14.446/2022 (conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.115/2022), publicada em 05 de setembro de 2022 (R\$ 108 mil).

b) Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966, publicada em novembro de 2021, altera a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros e contabilidade de hedge, harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 que trata sobre o tema. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

Em novembro de 2022 foi publicada a Lei Federal nº 14.467, definindo o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras, impactando na dedução dessas perdas na determinação do IRPJ e CSLL.

Em novembro de 2022, também, foi publicada a Resolução BCB nº 255, que trata da reformulação do elenco de contas do COSIF, de forma a permitir a criação de novas rubricas e o atendimento das necessidades derivadas da implementação dos padrões internacionais, trazidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

As normativas supracitadas, se correlacionam e entram em vigor a partir de janeiro de 2025 e, portanto, são contempladas no Plano de Implementação elaborado pela Fomento Paraná, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2022, conforme estabelecido no art. 76, da Resolução 4.966/2021.

Para condução dos trabalhos, devido a participação de diversas áreas, foi indicado um Grupo de Trabalho que atua no estudo e desenvolvimento das atividades elencadas no respectivo Plano de Implementação, o qual possui tópicos para avaliação e execução contemplando os períodos de 2023 e 2024, cujo andamento vem sendo reportado periodicamente as instancias de gestão, e que resumidamente prevê:

- I. Treinamentos das equipes e áreas envolvidas;
- II. Contratação de consultoria, para auxiliar na adequação das políticas internas, processos e controles contábeis dos instrumentos financeiros;
- III. Mapeamento das normativas internas a serem implementadas, no que tange a definição de: modelo de negócio, ativos problemáticos, renegociações e reestruturações e metodologia de provisionamento para implementação do modelo simplificado, estabelecido para o Segmento 4 (S4), no qual a Instituição se enquadra; e
- IV. Mapeamento de processos e sistemas avaliando os impactos de implementação das mudanças.

O plano deverá passar por revisão, visto a dependência de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais

DIRETORIA EXECUTIVA**Heraldo Alves das Neves**

Diretor-Presidente

Diretora Administrativa e Financeira
Responsável pela Contabilidade**Mayara Puchalski**

Diretor de Mercado

Vinícius José Rocha

Diretor de Operações do Setor Privado

Renato Maçaneiro

Diretor de Operações do Setor Público

Wellington DalmazDiretor Jurídico/CRO - *Chief Risk Officer***Nildo José Lübke****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente

Flávio Montenegro Balan

Conselheiros

Vilson Ribeiro de Andrade**Eduardo Francisco Sciarra****Elias Gandour Thomé****Bruno Antonio de Novaes Parolin****Carlos Alberto Massaru Adati****Gustavo Castanharo****Luciane de Oliveira Tessaro**

Contadora - CRC PR-044315/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Agência de Fomento do Paraná S.A - Fomento Paraná

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A - Fomento Paraná (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná (“Instituição”) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Instituição, sendo compulsória apenas para as instituições financeiras constituídas como Companhias Abertas e que tenham ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista à relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Porque é um PAA?

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Notas Explicativas nº 6d e 6e

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6d e 6e, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Instituição classifica suas operações de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A Instituição aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins do cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos.

A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Instituição, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição, quanto às perdas da carteira.

Devido à relevância das operações de crédito, as incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo na auditoria.

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos processos de aprovação dos níveis de risco (“ratings”) das operações de crédito e utilizados como base para o cálculo da provisão para operações de liquidação duvidosa, bem como ao processo de conciliação das bases analíticas com saldos contábeis.

Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral disponibilizada pela Administração que suporta o rating do cliente com base nas Políticas Internas de Crédito.

Efetuamos o recálculo da provisão de crédito com base nos requerimentos da Resolução 2.682/99 para a carteira de operações de crédito.

Efetuamos a movimentação do rating dos principais clientes e avaliamos a documentação suporte para classificação dos mesmos.

Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 6d e 6e, estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porque é um PAA?**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Avaliação do Crédito Tributário - Notas Explicativas nº 3h e 15**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h e 15 foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 27.056 mil (R\$ 24.745 mil em 31 de dezembro de 2021), cuja realização está suportada por estimativas e estudos de projeção de rentabilidade futura baseadas em estudos e orçamentos preparados pela Instituição e aprovados em seus níveis de governança. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Devido à relevância do saldo desses ativos (créditos tributários) e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária.

Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos.

Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente quanto ao enquadramento com os requisitos da Resolução CMN nº 4.842/20.

Nossos procedimentos incluíram a avaliação se as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas 3h e 15 estão adequadas.

De acordo com as evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e que está sendo apresentada de forma voluntária pela Instituição como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2023.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3



LEOMAR BAZZANEZE
CONTADOR CRC-RS 036023/O-2 T-PR
CNAI 389



EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344



KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR 051096/O-0 PR
CNAI 6254

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2º Semestre de 2022**

Atividades Desenvolvidas

Em atendimento a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S/A desenvolveu as seguintes atividades:

- I. Revisou, com base nos relatórios e informações prestadas pelos Auditores Independentes, responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento dos trabalhos necessários e suficientes para sua opinião, as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS da Agência de Fomento do Paraná S/A, 2º Semestre de 2022, exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;
- III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;
- IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;
- V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;
- VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;
- VII. Cumpru as atribuições determinadas pelo CAD e Bacen.

Conclusões

As informações e observações obtidas durante o 2º Semestre de 2022 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, os quais são submetidos ao processo contínuo de revisão e implementação de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente desenvolveu suas atividades segundo os requisitos técnicos de atuação e de forma compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

O Comitê de Auditoria, em função do acompanhamento dos trabalhos e da efetividade dos seus resultados, julga que a Auditoria Interna vem respondendo de forma adequada e progressiva, com demonstrações de evoluções tanto em relação aos procedimentos e metodologias implementadas como em relação à sua estrutura e qualidade de seus relatórios. Evidenciada a manutenção da convergência de implementação de ações destinadas a dotar a área de Auditoria Interna de recursos fundamentais às suas atividades, inclusive tecnológicos, com orientação estabelecida por ocasião da aprovação do Plano Anual de Auditoria PAA-017-2022, recomendando-se que seja dado prosseguimento nas ações.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

Curitiba, 20 de março de 2023.

MARIANA FILGUEIRAS DOS REIS
Coordenador

DAVI XAVIER AS SILVA NETO
Membro Efetivo

ROOSWELT CARLOS DE AZEVEDO
Membro Qualificado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Paraná S/A - Fomento Paraná, tendo examinado o Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, bem como o Relatório da Bazzaneze Auditores Independentes S/S, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, são da opinião de que os referidos documentos encontram-se em plenas condições de serem submetidos, apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 20 de março de 2023.

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Presidente

CARLOS EMIL KAHALI
Conselheiro

MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI
Conselheiro